

COM DINHEIRO OU SEM DINHEIRO, PROFESSOR, EU BRINCO: A PRESENÇA DO SAMBA NO CARNAVAL DO RECIFE

Data de submissão: 26/03/2024

Data de aceite: 01/04/2024

Rosana Maria dos Santos

Universidade Federal Rural de
Pernambuco (UFRPE)
Recife – PE

<http://lattes.cnpq.br/3900261605147923>

Tema do samba enredo da
agremiação carnavalesca Gigante
do Samba no ano de 1956.

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar as querelas existentes entre as escolas de samba recifenses e as agremiações de frevo na década de 1950. A inclusão das escolas de samba era inadmissível para os defensores da tradição e dos que consideravam o “autêntico” carnaval pernambucano. Nesse contexto, década de 1950 é um marco para historiografia que analisa o carnaval do Recife. Logo após o fim dos festejos momescos de 1955, a Prefeitura da cidade, através do projeto de lei de autoria do Vereador Antônio Batista de Sousa, tenta tomar para si a organização da festa. Segundo alguns periódicos que circulavam na capital de Pernambuco, a medida

surge na tentativa de “salvar o reinado de Momo”, que segundo as notícias, estava “morrendo aos poucos”. Desse modo, em 1955, o prefeito Djair Brindeiro sancionou a lei Nº 3.346, de sete de junho, oficializando o carnaval da cidade, que passou a ser organizado pelo Departamento de Documentação e Cultura (DDC). Essa lei tinha por objetivo a promoção do carnaval voltado para a tradição, preservando assim os clubes de frevo, maracatus e os clubes de caboclinhos. Entre as medidas propostas pela lei, foi prevista uma ajuda financeira aos blocos, escolas de samba e demais agremiações carnavalescas que contribuíssem para animação e consolidação do Carnaval do Recife. No entanto, diante da celeuma provocada pela legislação, a lei 3.346/1955 foi modificada, deixando a União das Escolas de Pernambuco fora da organização da festa e sem subvenção.

PALAVRAS-CHAVE: Legislação, Carnaval, Recife, Frevo, Escolas de samba.

ABSTRACT: This article aims to analyze the disputes between Recife's samba schools and frevo groups in the 1950s. The inclusion of samba schools was unacceptable to defenders of the tradition and those who considered Pernambuco's carnival to be "authentic". In this context, the 1950s are a milestone for historiography that analyzes Recife's carnival. Soon after the end of the Momesque celebrations of 1955, the city's City Hall, through a bill authored by Councilor Antônio Batista de Sousa, tried to take over the organization of the party. According to some newspapers circulating in the capital of Pernambuco, the measure comes in an attempt to "save Momo's reign", which according to the news, was "slowly dying". Thus, in 1955, Mayor Djair Brindeiro sanctioned law No. 3,346, of June 7th, making the city's carnival official, which began to be organized by the Department of Documentation and Culture (DDC). This law aimed to promote carnival focused on tradition, thus preserving the frevo, maracatus and caboclinho clubs. Among the measures proposed by the law, financial aid was provided for blocks, samba schools and other carnival associations that contributed to the animation and consolidation of Recife Carnival. However, given the uproar caused by the legislation, law 3,346/1955 was modified, leaving the União das Escolas de Pernambuco out of the organization of the party and without subsidy.

KEYWORDS: Legislation, Carnival, Recife, Frevo, Samba schools.

O CARNAVAL DO RECIFE

Analisar as leis do carnaval do Recife nos permitiu problematizar não só a legislação em si, mas os sujeitos que utilizavam o regulamento como forma de controle social. A análise da festa nos faz reconhecer a resistência dos foliões e das agremiações. No entanto, ao tentar compreender sujeitos e ordenações, precisamos ter cautela para não emitir vereditos sobre indivíduos que não conhecemos e que nunca poderiam/poderão se defender e contar a sua versão para a história. Os documentos deixados pelos sujeitos, que estão sendo estudados nesta pesquisa, podem ajudar a construir fragmentos de suas histórias de vida. Os periódicos nos permitiram compreender o cotidiano da sociedade em que essas agremiações viveram, assim como também, seus hábitos e costumes.¹

A pesquisa também busca compreender a lei do carnaval e o jogo de interesses de políticos, jornalistas, intelectuais e agremiações. É válido destacar que, a reorganização do carnaval interessava, inicialmente, às elites, visto que, para elas, essa era uma forma de manter o controle sobre as ações dos foliões e agremiações, pois quem determinava o que seria ou não incluído no pequeno ou no grande carnaval eram, em última instância, os integrantes da própria elite cultural. As agremiações interessavam, sobretudo, a chance de ver seus grupos cada vez mais reconhecidos e recompensados pela visibilidade e apoio financeiro, através da divulgação na imprensa, da viabilidade de se apresentar durante o carnaval, das participações em concursos, das premiações e a possibilidade do

¹ Para Thompson, o termo "costume" foi empregado para denotar boa parte do que hoje está implicado na palavra "cultura". O "costume" era a segunda natureza do homem. No século XVIII, o costume constituía a retórica de legitimação de quase todo uso, prática ou direito reclamado. Era um campo de disputa, uma arena nos quais interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes. THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp.14-16.

reconhecimento e da ajuda financeira oficial. Esse jogo de vantagens, fez com que a festa carnavalesca passasse por toda uma série de transformações na tentativa de torná-la cada vez mais organizada (FERREIRA, 2004).

No Recife, essas modificações se consolidam na década de 1950, pois esse período é conhecido como um marco para historiografia que analisa o carnaval do Recife. Logo após o fim dos festejos momescos de 1955, a Prefeitura da Cidade do Recife, através do projeto de lei de autoria do vereador Antônio Batista de Sousa, tenta tomar para si a organização da festa. Segundo o jornal *Diário da Noite*, a medida surge na tentativa de salvar o carnaval do Recife, que estava “morrendo aos poucos” (DIÁRIO DA NOITE, 26/02/1955).

Dessa forma, em 1955, o prefeito Djair Brindeiro sancionou a lei N° 3.346, de sete de junho, oficializando o carnaval da cidade, que passou a ser organizado pelo Departamento de Documentação e Cultura². Essa lei tinha como objetivo a promoção do carnaval voltado para a tradição, preservando assim os clubes de frevo, maracatus e os clubes de caboclinhos. Entre as medidas propostas pela lei, foi prevista uma ajuda financeira aos blocos, escolas de samba e demais agremiações carnavalescas que contribuíssem para animação e consolidação do carnaval do Recife (FOLHA DA MANHÃ, 22/01/ 1953).

A maior dificuldade para a organização do carnaval, de acordo com as matérias publicadas nos jornais que circulavam na cidade do Recife, era a constante crise financeira das agremiações carnavalescas. Transparece, também, nessas reportagens, uma preocupação com a valorização dos clubes, blocos, maracatus e caboclinhos, pois a cada ano as escolas de samba, segundo essas matérias, estavam ganhando mais espaço e visibilidade nas passarelas, sendo necessária uma melhor assistência às outras agremiações, que, segundo os periódicos, representam o verdadeiro “folclore nordestino”. Para defender a tradição carnavalesca, alguns jornalistas e políticos, expressaram opiniões contra a presença das escolas de samba no carnaval pernambucano e não admitiam a possibilidade de o poder público subsidiar essa manifestação (SILVA, 2011).

A situação das agremiações seria tão preocupante que a questão da subvenção era um tema comum na Câmara Municipal dos Vereadores do Recife. Eles discutiam a liberação imediata das verbas orçamentárias destinadas aos grupos carnavalescos. A falta de ajuda oficial impedia que muitas agremiações, responsáveis pela maior animação do carnaval de rua, deixassem de se exibir pela falta de dinheiro (SILVA, 2011).

De melhor Carnaval do mundo. Como era internacionalmente conhecido o Carnaval pernambucano, só lhe falta, agora, receber o epíteto de “o pior Carnaval do mundo”, a despeito dos esforços dispendidos pela Associação dos Cronistas Carnavalescos e pela Federação Carnavalesca Pernambucana para manter a sua tradição (SILVA, 2011, p 37).

2 Djair Falcão Brindeiro assumiu o governo municipal em 15 de março de 1955, nomeado pelo governador Cordeiro Farias, permanecendo até 14 de dezembro do mesmo ano. Durante a sua gestão realizou diversas obras na cidade, tais como: a Restauração das fontes dos parques 13 de maio, Praça da República, Praça 17, Maciel Pinheiro e Entroncamento. Djair Brindeiro foi Médico do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IPAM), foi professor assistente da Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco em 1957 e 1958. Até 1961, presidiu a filial de Pernambuco de Organização de Auxílio Fraternal (OAF). PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. *Galeria dos Prefeitos*. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br>. Acesso em 25 de agosto de 2023.

Já no primeiro ano da Lei N° 3.346, o jornal Diário de Pernambuco fazia críticas ao carnaval organizado pelo DDC: “mais fraco do que nos anos anteriores o carnaval de rua”. Ainda segundo o periódico, foram inúteis as medidas oficiais para animar os festejos de rua, enquanto os bailes foram bastante concorridos (DIARIO DE PERNAMBUCO, 17/02/1956).

Consta que o chefe da Edilidade irá mandar armar os dois palanques da Federação Carnavalesca e da Associação dos Cronistas Carnavalescos. Confiando as estas duas entidades a animação do Carnaval. Por iniciativa da Edilidade não seriam promovidos nenhum concurso nem julgamento de préstitos, uma vez que os cofres municipais não dispõem de sumário suficiente (FOLHA DA MANHÃ, 20/01/1956, p.8).

Pela lei n° 3.346 de sete de junho de 1955, no Art. 2º - “Caberá ainda ao Departamento de Documentação e Cultura instituir anualmente concursos de: música frevos e frevos canções e passo”, no entanto, isso não estava acontecendo. A Prefeitura alegava não ter recursos financeiros para realizar os concursos. Outros periódicos em circulação na cidade também faziam sérias críticas ao projeto de lei do Vereador Antônio Batista de Sousa, alegando que apresentava várias falhas. A primeira delas estava no artigo 1º: “a Prefeitura da Cidade do Recife, por intermédio do Departamento de Documentação e Cultura (DDC), organizará, promoverá os festejos Carnavalescos do município, a partir do ano de 1956, dentro dos moldes folclóricos, preservando, sobretudo” a) os clubes de frevo; b) os maracatus; na sua forma primitiva d) caboclinhos” (DIARIO DA NOITE, 26/02/1955).

A lei também incluía uma ajuda financeira de 5% do total da verba destinadas às agremiações carnavalescas. Vale destacar, que as escolas de samba, em meados da década de 1950, já ganhavam destaque frequente no carnaval recifense. E os números de escolas cresciam ano a ano. Do ponto de vista socioeconômico, o que a lei do carnaval reservava ao samba era uma tentativa de frear o crescimento dessa agremiação. Desse modo, a lei previa que: com o aumento do número de escolas de samba, menor seria a ajuda oficial dada a cada uma.

Diante das discussões, em 1956, sob forte pressão popular, o prefeito recém-eleito Pelópidas Silveira, convocou a Câmara Municipal dos Vereadores, para rever a lei n°3346/1955. Segundo ele, a normatização não preservava o tradicionalismo da festa Carnavalesca recifense. Com a revogação da lei em 1956, as escolas de samba, não receberiam a subvenção paga pela Prefeitura da cidade.

Inúmeras matérias foram publicadas em diversos jornais recifenses provocando um debate nos periódicos sobre a forma que deverá ser conduzida a oficialização do Carnaval da Prefeitura da cidade. Diversos intelectuais procuraram dialogar uns com os outros buscando a legitimidade dos seus escritos. Foram praticamente unânimes em afirmar uma posição contrária à disponibilização de recursos públicos da Prefeitura para subsidiar as escolas de samba. Julgavam que essas práticas culturais não serviam para representar a 'legítima' cultura do (nosso) Estado (SILVA, 2011, p. 116).

Os mecanismos para que as escolas de samba ficassem de fora da ajuda oficial foram vários. No jornal *Folha da Manhã* de 1956, o prefeito Pelópidas Silveira, deliberou um decreto de que não forneceria nenhum centavo às escolas de samba, enquanto as outras agremiações receberiam a subvenção diretamente da tesouraria da prefeitura³.

O chefe do Executivo Municipal desistiu de convocar mais uma vez a Câmara Municipal para revogar a lei que oficializou o carnaval do Recife e aprovar o anteprojeto por ele elaborado e encaminhado aquela casa com a respectiva mensagem, tanto assim, que o presidente daquele poder legislativo já indicou os nomes dos representantes da casa que irão atuar na execução da mencionada lei. Foram eles os srs. Sérgio Vasconcelos, Aristófanos de Andrade e José Seixas, os quais, a exceção do primeiro, deverão ser referendados pelo plenário da Câmara próxima sessão. Conseguimos apurar extra-oficialmente que o prefeito Pelópidas Silveira continua na sua deliberação de não fornecer um centavo sequer as Escolas de Samba, devendo no entanto, os dirigentes das demais agremiações carnavalescas receberem diretamente da tesouraria da Prefeitura a subvenção municipal cujo total ascenderá a duzentos mil cruzeiros (FOLHA DA MANHÃ, 1956, p.8).

As escolas de samba do Recife eram vistas como “um câncer” na terra do frevo. Um dos maiores críticos da participação das escolas de samba no carnaval do Recife, e da subvenção que elas recebiam e receberiam com a lei Antônio de Souza, foi Mário Melo.

Formado em Direito, memorialista e ex-deputado estadual, ex-secretário da Federação Carnavalesca, jornalista do *Jornal do Comercio e Folha da Manhã*, Mário Melo foi um homem de grande influência na capital pernambucana.⁴ Durante a sua vida jornalística, dedicou-se a criticar a política local, sempre vigilante aos homens que governavam a cidade, e àqueles com quem ele não simpatizava. Sempre atento a qualquer deslize, para denunciar os erros que julgava ser arbitrários. Para isso, utilizou-se de suas colunas nos mais diversos jornais, em que atuou.

E com o samba não foi diferente:

3 Segundo Antônio Paulo Rezende: A eleição de Pelópidas Silveira, em 1955, se deu num contexto de esperança. O prefeito era do Partido Socialista Brasileiro, obtendo uma votação expressiva [...]. Na sua gestão, a organização da administração municipal foi modificada. Foram feitos concursos públicos, restauração de cargos e salários, mudanças no sistema de arrecadação de tributos, disciplinamento no uso do solo e programa de atendimento às populações carentes, atingindo a alimentação, educação, cultura e habitação. Tudo isso revela a forte intervenção do poder público na vida da cidade; ao mesmo tempo ampliava-se a participação popular, com o crescimento das associações de bairros e de moradores. Havia condições políticas para que se democratizassem as relações de poder, para que se pensasse a modernização junto com a modernidade política. REZENDE, Antonio Paulo de Moraes, *O Recife: História de uma Cidade*. Recife: Fundação de Cultura da cidade do Recife, 2002, pp. 130-131.

4 No ano de 1934, Mário Melo ingressou no *Jornal do Comercio*, aceitando assim um convite de Francisco Pessoa de Queiroz, seu inimigo político de outros tempos e de que dizia ter sido um dos principais responsáveis por sua demissão do *Telégrafo Nacional*, no ano de 1922. Segundo Rostand Paraíso, Francisco Pessoa de Queiroz disse a Mário Melo: escreva, escreva até contra mim, mas escreva. O convite de Francisco Pessoa de Queiroz tinha dois objetivos: o primeiro, Mário Melo era um dos elementos do mais alto valor jornalístico e, segundo, tendo-o dentro de casa, evitaria que ele viesse a ser um perigoso adversário do seu jornal. Queiroz chegou a externar que trazia um tigre para dentro de casa, mas um tigre da mais alta estirpe. Permaneceu no *Jornal do Comercio* com a sua coluna *Crônicas da Cidade*, durante aproximadamente vinte e cinco anos, até a sua morte, ocorrida no dia 24 de maio de 1959. Mário Melo chegou ao *Jornal Folha da Manhã* no ano de 1938 a convite de Agamenon Magalhães, ali colaborou durante vários anos, até 1957. Também foi colaborador da Rádio Clube de Pernambuco e no Rádio *Jornal do Comercio*.

Incentivar o samba pelo Carnaval, é trabalhar contra o frevo. É tirar o frevo do Carnaval pernambucano, é acabar de vez com o que ele tem de original e metê-lo como reboque no carnaval carioca. [...] convém que os vereadores pernambucanos meditem nas minhas palavras e, se querem o carnaval do Recife com sua originalidade, com suas características inimitáveis, evitem qualquer referência, no projeto às “Escolas de Samba” porque equivalem a um “câncer no frevo” [...] (JORNAL DO COMMERCIO, 07/01/1956, p.02).

Considerar as escolas de samba como agremiações carnavalescas no carnaval do Recife e subvencioná-las era um absurdo para Mário Melo. Segundo ele, o lugar do samba era no Rio de Janeiro, e a sua presença no carnaval pernambucano seria mais um passo para a degradação do frevo. Por isso, não perdoava a Câmara Municipal da Rua da Guia (era assim que ele chamava a Câmara Municipal, que funcionava, na Rua da Guia, bairro do Recife) pela oficialização das escolas de samba.

As escolas de samba, que a Câmara da Rua da Guia eleitoralmente incluiu na oficialização do Carnaval Recifense, já ocasionaram malefício em nosso folclore, como pode ser apreciado por quem assistiu ao desfile da chamada Gigantes do Samba. Entre parênteses: quando se aproximou do palanque oficial, no domingo à noite, foi passado o microfone a um locutor de rádio que, entre palavras ocas sobre as escolas de samba, disse que elas representavam tradição no carnaval pernambucano. Não sei como o palanque não se desmoronou, quando proferida semelhante heresia! [...] Dizia eu que as exóticas escolas de samba, haviam já produzido seu mal nas agremiações recifenses. Lembram-se os que conheceram nosso carnaval antes do aparecimento em nossas ruas desse quisto mimosamente acolhido para Rua da Guia (JORNAL DO COMMERCIO, 16/01/1956).

Diante das críticas à Câmara Municipal do Recife e da influência que o jornalista tinha na sociedade recifense, uma comissão de vereadores foi formada para ir à casa de Mário Melo. O objetivo era convencê-lo da importância da lei aprovada para o Carnaval recifense. Contudo, o jornalista continuou a fazer as suas crônicas contra a oficialização das escolas de samba no carnaval recifense, e os vereadores persistiram em utilizar os jornais para rebater as suas indagações. Segundo o historiador Augusto Neves Silva (2015), o samba estava presente no carnaval recifense havia muitos anos. Então por que só em 1956 que Mário Melo resolve intensificar as críticas às escolas de samba? Seria o medo de que o samba se consolidasse ainda mais com a subvenção, agora oficialmente destinada a essa agremiação.

Embora participasse do carnaval dos clubes pernambucanos, o que Mário Melo gostava mesmo era de visitar as sedes das agremiações carnavalescas, tais como: Vassourinhas, Pás, Batutas de São José, e tantas outras consideradas tipicamente recifenses. O apreço a essas agremiações era tão visível que Nelson Ferreira dedicou-lhe a música *Evocação n° 3*:

“Cadê Mário Melo? Partiu para eternidade, Deixando na sua cidade um mundo de saudade sem igual! Foliões, a nossa reverência, A sua grande ausência Do nosso carnaval... De braços para o alto cabelos desgrenhados, Frevando sem parar lá vem Mário! Defendendo “Vassourinhas”, “Pão Duro”, “Dona Santa”, “Dragões” e “Canindés”, Lá vem Mário! Com ele já se abraçaram, Felinto, Pedro Salgado, Guilherme e Fenelon... E no palanque, sem fim lá do espaço Lá está Mário a bater palmas Para o frevo e para o “passo”.

Em suas crônicas, o jornalista também se mostrou contra o aparecimento de homens vestidos de mulheres. Achava que isso é invenção do estrangeiro (o jornalista considerava que tudo que não fosse tipicamente pernambucano era estrangeiro). Em uma de suas crônicas, afirmou que deveria a polícia evitar o degradante espetáculo dos desajustes sexuais, inominável costume carioca, que aproveitava os dias de carnaval pra exibir-se em trajes femininos.⁵

Ruy Duarte, no seu livro *História Social do Frevo* (1968, p. 94), discute o problema da questão do frevo versus o samba no capítulo intitulado *Agonia do Frevo*: “as escolas de samba parecem que tomarão conta do carnaval brasileiro de Norte a Sul do país, inclusive em Pernambuco”. Duarte (1968) nos conta que durante muitos anos da década de 1955 e 1960, segundo relação fornecida pela Federação Carnavalesca de Pernambuco, desfilaram oficialmente vinte e uma escolas de samba contra apenas nove clubes de frevo.

No entanto, para o jornalista Valdi Coutinho, do *Diário de Pernambuco*, o samba era uma prática pernambucana, além disso, ele contribuía para o engrandecimento do Carnaval recifense. O jornalista não compartilhava das críticas feitas pela maioria dos intelectuais que escreveram sobre o fato, para ele regionalistas estavam preocupados com a essência imutável das manifestações culturais, o que, para Coutinho, não existia (SILVA, 2011).

A antropóloga Katarina Real nos mostra um intenso debate sobre a participação das escolas de samba no carnaval do Recife. A antropóloga caracteriza essa querela como a batalha do frevo-samba. O assunto das escolas de samba era um dos mais explosivos do carnaval do Recife. Os jornais adoravam as “fofocas” dos prós e contra na “batalha do frevo-samba.” Qualquer opinião sobre o assunto virava manchete (REAL, 1990).

5 As questões de gênero do Carnaval do Recife se tornaram latentes na década de 1970. As “bonecas” (termo utilizado pelos jornais de circulação na cidade do Recife, para caracterizar as travestis), durante a década de 1970 ganharam visibilidade tanto nas ruas quanto nas páginas dos jornais, sobretudo, as páginas policiais. Contraditoriamente, no período do Carnaval, as “travestis” ao invés de se misturarem com as outras pessoas na multidão, por vezes ganhavam mais destaque do que os outros integrantes das agremiações. No ano de 1974 as travestis foram proibidas de desfilar em algumas agremiações do Recife. No entanto, como observamos, desde a década de 1950 que homens vestidos de mulher já são fortemente proibidos de andar pelas ruas durante o Carnaval.

O SAMBA NA CAPITAL DO FREVO

Os sambistas não se intimidaram com a falta de apoio financeiro por parte da Prefeitura e com as críticas nos jornais. No ano de 1956, a agremiação Gigante do Samba apresentou um enredo cujo título era: “Com dinheiro ou sem dinheiro, professor, eu brinco”. Essa composição era uma crítica direta ao professor e prefeito, Pelópidas Silveira, devido à querela entre a Federação Carnavalesca, o Prefeito e a Câmara de Vereadores, por causa da lei que oficializou o carnaval do Recife (FOLHA DA MANHÃ, 1956).

As escolas de samba tinham uma série de fatores econômicos e sociais a seu favor, cenário muito diferente, se comparado a realidade de muitas agremiações carnavalescas do Recife. Um dos fatores que privilegiavam as escolas de samba, era a “batucada” que ocorria sem custo para as agremiações. Os batuqueiros eram formados por rapazes de classe social baixa, e para eles, era uma grande honra sair em uma escola de samba e ganhar aplausos da multidão, que adoravam ouvir as batucadas. Eles ainda ganhavam termo e sapatos novos para o desfile, caso não tivessem condições de pagar os trajes. Além disso, durante vários meses antes do carnaval, os batuqueiros eram chamados para tocar em clubes carnavalescos e até nos clubes sociais, frequentados pela elite pernambucana. Os lucros dessas apresentações eram divididos, ficando a maior parte para a escola de samba, o resto era dividido entre os músicos. Chegando o carnaval, tanto os batuqueiros quanto as escolas de samba tinham dinheiro no bolso (FOLHA DA MANHÃ, 1956).

Por outro lado, os problemas financeiros das agremiações eram vários: parcelamento e atraso da subvenção; grupos de segunda categoria ganhavam menos que os da primeira categoria, mas que tinham de fazer um desfile luxuoso, se quisessem continuar recebendo a verba. Contudo, a subvenção recebida não dava para custear os seus gastos, além disso, alguns presidentes defendiam os interesses financeiros próprios e não os das agremiações, muitos desses líderes, deviam valores altíssimos a agiotas.

Já os sambistas, desenvolviam táticas para conseguir tirar proveito de qualquer situação. Durante a greve das agremiações carnavalescas em 1947, as escolas de samba aproveitaram a situação para ganhar visibilidade dentro do carnaval do Recife. Em 1948 foi criada a União das Escolas de Samba de Pernambuco (UESP), e em 1954 a entidade ganhou personalidade jurídica e no ano seguinte, em 1955, quando foi promulgada a lei que oficializava o carnaval do Recife, ela aparece como uma das instituições dos festejos momescos (SILVA, 2011). A notoriedade da UESP era tão expressiva que mesmo após sérias críticas a presença das escolas de samba no carnaval do Recife, sobretudo dos “defensores” do frevo, a lei sofre outra modificação,

Art. 5º - A Federação Carnavalesca Pernambucana a Associação dos Cronistas Carnavalescos do Recife, a **União das Escolas de Samba de Pernambuco** e outras organizações carnavalescas porventura existentes, serão consideradas como entidades auxiliares do Departamento de Documentação e Cultura na organização do Carnaval do Município do Recife (DIÁRIO DA NOITE, 26/02/1955) grifos meus.

Contudo, a inclusão das escolas de samba era inadmissível para os defensores da tradição e do que consideravam o “autêntico” carnaval pernambucano; podemos observar nos jornais muitas críticas feitas, sobretudo, pelos “defensores” do frevo. Diante da celeuma provocada, a lei 3346/1955 foi modificada, deixando a União das Escolas de Pernambuco fora da organização da festa, como podemos observar na regulamentação da Lei n. 3.346 de vinte sete de janeiro de 1956.

ART.4º - Caberá a uma comissão, presidida pelo Diretor do Departamento de Documentação e Cultura, e composta dos três vereadores indicados pelo plenário da Câmara Municipal nos termos do art. 6º da Lei nº 3.346, **um representante da Federação Carnavalesca, um representante da Associação dos Cronistas Carnavalescos e dois membros de livre escolha do Prefeito do Recife.** Julgar os concursos estabelecidos no art. 1º. e seus parágrafos e opinar quando à ornamentação, iluminação, propaganda e animação dos festejos, bem como quanto à distribuição da verba prevista no art. 2º. deste Regulamento. Das decisões dessa Comissão que serão sempre tomadas por maioria caberá recursos por iniciativa de Diretor do D.D.C. para o Prefeito (FOLHA DA MANHÃ, 27/01/1956) grifos meus.



Imagem: Escola Almirante do Samba na rua da Concórdia no Recife, 1955

Foto: Alexandre Berzin

Fonte: Museu da Cidade do Recife

As escolas de samba são apenas um dos exemplos da resistência do povo e das agremiações à lei do carnaval. As pressões em favor da “reforma” sofriam uma resistência teimosa por parte dos foliões e brincantes.

Mesmo sem contar com a ajuda financeira da Prefeitura do Recife, os batuqueiros e “postorinhas” da Escola Gigantes do Samba incentivaram os preparativos para o próximo Carnaval. Ainda ontem, à noite, na sua sede social do Alto do Pascoal, os comandados do mestre de harmonia Amaro Brito, estiveram realizando um ensaio de grande envergadura, no decorrer do qual foram ensaiadas as composições com que a agremiação espúria concorrerá para o brilhantismo dos nossos festejos de rua (FOLHA DA MANHÃ, 1956, p. 8).

Inúmeros foliões preferiam o samba durante o carnaval em detrimento das demais práticas culturais, como maracatu e os clubes de frevo e caboclinhos, já elevados à condição da “verdadeira tradição”. Para alguns desses intelectuais defensores da tradição, sambar em dias de Momo era considerado um crime contra o regionalismo. Essa escolha da parcela da intelectualidade recifense refletia questões políticas, pois, ao incorporar o discurso das escolas de samba como uma prática carioca, relegava-se aos sambistas pernambucanos o lugar social de exilado, do estrangeiro na sua própria terra⁶.

Para que o leitor possa entender a força que o samba passa a ter na terra do frevo, citaremos o exemplo do Carnaval de 1959, quando a Escola Gigantes do Samba chegou a colocar na avenida 450 figurantes. Os sambistas utilizavam-se muitas estratégias para atrair o público. Apresentavam exhibições altamente atrativas, marcadas pela homogeneidade, cadência e unidade dos passos e manobras. Era um verdadeiro espetáculo nas ruas (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1959).

6 De acordo com Katarina Real (1990), as primeiras escolas de samba apareceram no Recife na década de 1940. Elas foram introduzidas na terra do frevo por pernambucanos que a serviço das Forças Armadas do país, tiveram de passar alguns anos no Rio e entraram em contato com o samba carioca. De volta ao Recife, esses pernambucanos fundaram a escola de samba Garotos do Céu. Para consolidar ainda mais o samba em Recife, durante a II Guerra Mundial, havia a visita dos navios da Marinha Brasileira, cujos tripulantes saíam às “batucada” para brincar o Carnaval e ganhavam a simpatia do povo pernambucano.



Imagem: Malabaristas da Escola de Samba Estudantes de São José – Recife, 1961

Fotografia: Katarina Real

Acervo: Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ

Porém, se de um lado o público prestigiava e se encantava com as escolas de samba, os defensores do ritmo genuinamente pernambucano: o frevo, tais como os jornalistas Mário Melo, Anibal Fernandes e o sociólogo e jornalista Gilberto Freyre, defendiam a não participação das escolas de samba no carnaval do Recife.⁷ Freyre era um grande defensor das tradições pernambucanas, publicou vários artigos no *Jornal do Commercio* e no *Diário de Pernambuco*, chegando a escrever diversos textos sobre a presença do samba que, para ele, representava um perigo de morte para a maior festa recifense: o Carnaval.

⁷ Segundo o historiador Augusto Neves, Anibal Fernandes foi um jornalista do *Diário de Pernambuco* e durante o processo de oficialização do carnaval do Recife, em 1955, se posicionou ativamente nos jornais contra a inclusão do samba como agremiações que deveriam receber a subvenção dos cofres públicos para apresentar-se nos dias de Momo. SILVA, Augusto Neves da. *Quem gosta de samba, bom pernambucano não é?* (1955-1970). Recife, dissertação de mestrado em história, UFPE, 2011.

[...] Ninguém pretende que se proíba a presença do samba carioca ou do carnaval de Nice ou do de Veneza no carnaval do Recife. Mas não se compreende que se deixe o carnaval pernambucano morrer, na sua principal fonte e perder sua espontaneidade popular, regional, brasileira, para que assim se instale triunfal e maciçamente através do poder do dinheiro ou de proteção oficial, qualquer desses carnavais exóticos, através de um dirigismo de todo o contrário ao espírito de nossa tradição carnavalesca.

O carnaval de Nice é muito bonito na França; o de Veneza, na Itália; o carioca, no Rio. No Recife, matar-se o frevo, o passo, o maracatu, o clube popular, o bloco, a espontaneidade, para quase oficializar-se o samba, a escola de samba, o arremedo ou a caricatura do carnaval carioca, chega a ser crime de traição ao Recife ou a Pernambuco.

A traição ostensiva às tradições mais características de Pernambuco no que se refere a expressões carnavalescas. Um carnaval do Recife em que comecem a predominar escolas de samba ou qualquer outro exotismo dirigido, já não é um carnaval recifense ou pernambucano: é um inexpressível, postigo e até caricaturesco carnaval subcarioca ou sub-isso ou sub-aquilo. De modo que a inesperada predominância, no carnaval desse ano, do samba subcarioca, deve alarmar, inquietar e despertar o brio de todo bom pernambucano.

Se há algum Calabarismo a traír o carnaval do Recife, a favor de um carnaval estranho, que seja o quanto antes dominado este calabarismo. Afinal, como se explica a repentina organização de não sei quantas escolas de samba subcariocas na Cidade do Recife? A que plano obedece tal organização? Com que objetivo ele se está perpetuando? Eleitoralismo disfarçado? Estará havendo politiquice de qualquer espécie através do carnaval? Inocentes úteis estarão em jogo? Ou o colapso da tradição carnavalesca do Recife por simples e passivo furor de imitação do exótico furor tão contrário ao brio recifense.⁸ (JORNAL DO COMMERCIO, 27/02/1956, p.1).

A campanha contra o samba era visível nos jornais de circulação. As agremiações tradicionais recifenses se empenhavam para trazer para as ruas uma apresentação impecável, para mostrar que na terra do frevo o samba não poderia ter tanto prestígio e visibilidade. O samba passou de marginal à música brasileira nacional, ele não nasceu autêntico, mas foi “autenticado” no transcorrer do século XX. O samba, venceu as barreiras geográficas, culturais, econômicas e morais.

Para Canclini (2003), a expansão urbana é uma das causas que intensificaram a hibridação cultural. Passamos de uma sociedade dispersa, com várias comunidades e com culturas tradicionais, locais e homogêneas, para uma sociedade onde a oferta simbólica é heterogênea, renovada por uma constante interação do local com redes nacionais e transnacionais. Vale destacar, que o século XX foi marcado por fortes mudanças paisagísticas, econômicas, sociais e culturais na cidade do Recife. Sua importância se estendia nas áreas político-administrativa, financeira e cultural. Esse desenvolvimento começou a atrair um grande contingente populacional, em busca de trabalho e melhores condições de vida, conseqüentemente, o Recife viveu o apogeu de outras culturas, e a presença do samba na terra do frevo é o resultado desse processo.

⁸ RECIFENSE, sim, subcarioca, não! *Jornal do Commercio*. Recife, 27 de fev.1956, p.1. Il caderno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Carnaval configura-se como um fenômeno que constitui a manifestação do uso de espaços (as ruas e os clubes) e todas as suas complexidades. O reinado de Momo exerceu uma função pedagógica, em que valores e condutas precisavam ser moldados a partir de leis que eram instituídas. No entanto, o que observamos foi a resistência das escolas de samba que passaram pelas mais diversas dificuldades: falta de verba, o não reconhecimento como uma agremiação a que abrilhantava o carnaval pernambucano, todavia, lutaram por mais espaço na terra frevo. Em suma, mesmo diante da lei do carnaval os sambistas souberam utilizar-se de táticas e estratégias para que pudessem continuar no cenário carnavalesco.

Na década de 1950, o Carnaval torna-se uma prioridade política. Fazia-se necessário criar políticas públicas que fossem capazes de “organizar” a festa de Momo assim como também ter um maior controle sobre ele. O que constatamos nos periódicos de circulação na cidade foi que a política influenciou nas tomadas de decisão das comissões formadas para organizar o carnaval: “foi o político tal, quem nos orientou a fazer isso”. Tudo isso contribuiu para tornar o carnaval um espaço de disputas, críticas constantes e insatisfações, porém sem perder a sua alegria e irreverência, pois o recifense, sobretudo os que fazem as agremiações carnavalescas, sabem “brincar escondendo a dor”.

Como observamos o carnaval envolve interesses políticos, econômicos e sociais. A “festa do riso” é, também o espaço das desavenças e inquietantes interferências no mundo dos adversários, em que as rivalidades afloram. Ele motiva o deslumbramento, dias de constante alegria em que se apaga o cansaço do cotidiano e premia-se os protagonistas da festa. Esse é o carnaval do Recife!

REFERÊNCIAS

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4.ed. São Paulo: edusp, 2003.

DUARTE, Ruy. **História Social do Frevo**. Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1968.

FERREIRA, Felipe. **O Livro de Ouro do Carnaval Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

REAL, Katarina. **O folclore no carnaval do Recife**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1990.

REZENDE, Antonio Paulo de Moraes, **O Recife: História de uma Cidade**. Recife: Fundação de Cultura da cidade do Recife, 2002.

SILVA, Augusto Neves. **Os sentidos da festa: Mário Melo e as escolas de samba no Carnaval recifense (1955-1956)**. Oficina do Historiador (PUC-RS), v.9, 2015, pp.1-22.

SILVA, Augusto Neves da. **Quem gosta de samba, bom pernambucano não é? (1955-1970)**. Recife, dissertação de mestrado em história, UFPE, 2011.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp.14-16.

Periódicos

CONTRA A DESCARACTERIZAÇÃO DO CARNAVAL. **Folha da Manhã**, Recife, 22 de jan. 1953. p.7.

SERÁ OFICIALIZADO O CARNAVAL DO RECIFE. **Diário da Noite**, Recife, 26 de fev. 1955. p.2.

MÁRIO MELO. CRÔNICA DA CIDADE. **Jornal do Comercio**, Recife, 07 de jan de 1956. p. 02.

O CARNAVAL QUE PASSOU. **Jornal do Comercio**, Recife, 16 de jan. 1956. p.2.

O PREFEITO E O CARNAVAL. **Folha da Manhã**, Recife, 20 de jan. 1956. p.8.

BATUQUE DA ESCOLA DE SAMBA GIGANTE DO SAMBA. **Folha da Manhã**, Recife, 20 de jan. 1956. p.8.

REGULAMENTO DA LEI DE OFICIALIZAÇÃO DO CARNAVAL. **Folha da Manhã**, Recife, 27 de jan. 1956. p. 6.

MAIS FRACO DO QUE NOS ANOS ANTERIORES O CARNAVAL DE RUA. **Diário de Pernambuco**, Recife, 17 de fev. 1956.

RECIFENSE, SIM, SUBCARIOCA, NÃO! **Jornal do Comercio**. Recife, 27 de fev.1956, p.1. II caderno.

450 "FIGURAS" NA GIGANTE. **Diário de Pernambuco**, Recife, 14 de jan. 1959. p.11.